

# Ordens e congregações católicas femininas em Portugal: História, carisma e actualidade

Sara Morais Andrade\*  
Sílvia Ferreira\*\*

---

## 1. Estudos existentes

A reflexão histórica e científica de conjunto sobre a génese, a evolução e a actualidade das ordens e congregações femininas em Portugal tem sido notoriamente escassa. A excepção neste panorama é feita por um punhado de estudos sobre o tema, no entanto circunscritos e integrados em núcleos temáticos mais vastos, que não apresentam uma visão global da problemática. De entre os estudos mais significativos sobre as ordens e congregações femininas em Portugal, podemos apontar os de Fortunato de Almeida, com a sua *História da Igreja em Portugal*, composta por 4 volumes, editada entre os anos de 1910-12 e reeditada em 1967-71, a qual, tal como o título indica, se debruça sobre o percurso da Igreja Católica em Portugal desde os primórdios até à actualidade. Paradigmática neste contexto é também a obra de Evaristo de Vasconcelos, *Religiosas. Selecção sobre os institutos religiosos femininos existentes em Portugal*, datado de 1957, onde o autor apresenta uma breve resenha sobre a história e a actuação de algumas ordens e congregações sedeadas em Portugal à época do seu estudo. E ainda: a obra de António Alberto Banha de Andrade, *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, em 3 volumes, editado entre os anos de 1980-83, o qual ficou incompleto, terminando na letra B; a pequena edição denominada *Vinde*

---

\* Universidade de Lisboa; co-coordenadora do *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições Afins em Portugal*.

\*\* Universidade Lusíada; co-coordenadora do *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições Afins em Portugal*.

*e Vede. Formas de Vida Consagrada na Igreja*, da responsabilidade das Edições Paulinas e do Instituto Missionário Filhas de S. Paulo, de 1994, a qual elenca as ordens e congregações existentes em Portugal, revelando muito sumariamente alguns dados sobre as mesmas; *O Anuário Católico de Portugal*, edição do Secretariado Geral da Conferência Episcopal Portuguesa que, no que concerne às ordens e congregações femininas, apresenta tal como o *Vinde e Vede*, dados sobre a sua situação actual no nosso país; a obra dirigida por Carlos Moreira de Azevedo, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, composta por 4 volumes, de 2000-01, que contempla as ordens e congregações femininas históricas e actuais, mas que, por não ser exaustiva, omite várias instituições; e, por último, o estudo de Artur Villares, subordinado ao tema *As Congregações Religiosas em Portugal (1901-1926)*, dado à estampa em 2003, o qual se debruça essencialmente sobre os conturbados anos que se seguiram à implantação da República em Portugal, às vicissitudes sofridas pelos religiosos nessa época e à forma que encontraram para gerir essa situação.

## 2. Razões para um novo Dicionário

Face a este panorama, o *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições Afins em Portugal*, procura colmatar uma lacuna nesta área de estudos ao avançar com um suporte científico, que se pretende o mais abrangente possível, sobre a realidade histórica e actual das ordens e congregações femininas que se estabeleceram no território nacional, desde os seus primórdios, sendo que algumas foram desaparecendo no decorrer do tempo, enquanto outras permaneceram convivendo com novas fundações, essencialmente levadas a cabo no século XIX.

Se a parca produção de estudos direccionados para esta temática é uma das razões que levou a equipa do *Dicionário Histórico* a desejar lançar mãos a esta tarefa, há outra que a fundamenta e se impõe: o desconhecimento quase generalizado por parte da comunidade civil portuguesa do papel que estas instituições desempenharam ao longo da nossa história e aquele que ainda hoje representam na sociedade.

Às instituições religiosas femininas nunca se concedeu o relevo dado, por exemplo, às masculinas, as quais sempre se encontraram na ribalta dos estudos de história religiosa, nomeadamente pela sua força interventiva na sociedade portuguesa ao longo de séculos. De entre estas, destacam-se os Jesuítas, os Franciscanos, os Dominicanos, os Beneditinos ou os Carmelitas, apenas para citar as mais relevantes em termos de estudos direccionados. Se as ordens e congregações femininas viveram quase sempre à sombra das suas congéneres masculinas, tal não significa que o seu carisma, a sua acção e a sua postura na sociedade civil não tenham tido, e continuem a ter, um carácter marcante e muitas vezes determinante no moldar de situações, mais ou menos emergentes, que despontam no viver social.

O que se pretende, essencialmente, com a inserção deste núcleo temático no *Dicionário Histórico* é dar a conhecer ao grande público a vastidão e a singularidade do fenómeno do religioso no feminino em Portugal, para depois o abordar de forma científica, interrogando as origens de cada instituição, o contexto histórico e as circunstâncias que estiveram subjacentes à sua fundação, os dados biográficos do seu ou seus fundadores, os seus locais de sedimentação, a evolução quantitativa da instituição, nomeadamente o número de religiosas, o número de casas, qual o seu carisma, qual o seu relacionamento com o país, em particular no que concerne ao povoamento, ao ensino, à assistência, à arte etc. e, ainda, quais as suas devoções, vestuário específico, rituais quotidianos, acção cultural e de divulgação, sobretudo através de publicações periódicas, tais como revistas, anuários, boletins, etc.

A fim de levar a cabo esta tarefa, os cerca de 50 investigadores em múltiplas áreas e os Irmãos e Irmãs de diferentes instituições, empenhados na redacção das mais de cem entradas sobre ordens e congregações femininas em Portugal, têm vindo a dar resposta a estas questões no decurso da sua investigação.

É importante ter presente que numa investigação desta dimensão, que integra instituições com especificidades pró-

prias tão distintas, de fundação, de carisma, etc., há diferentes abordagens metodológicas a serem utilizadas em consonância com a instituição visada no estudo. Assim, há que distinguir à partida a *Ordem* da *Congregação*, pois enquanto a primeira pode ser definida como uma sociedade de religiosos ligados por votos solenes, tendo normalmente um mais dilatado percurso histórico<sup>1</sup>, a segunda é uma associação religiosa de padres ou de leigos, formada com uma finalidade religiosa, cujos membros se comprometem por votos simples, temporários ou perpétuos, orientados por uma regra que organiza a sua vida e a sua acção<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Cf. Angelo Mercati, Augusto Pelzer, (dir.), *Dizionario Ecclesiastico*, Vol. II, Turim, 1953, p. 706.

<sup>2</sup> Cf. *ibidem*; cf. igualmente Agnès Gehrarde, *Dictionnaire Historique des Ordres Religieux*, Paris, Fayard, 1998, p. 179.

### 3. Evolução histórica

A abordagem da evolução histórica, no caso das ordens femininas, é essencial para se compreenderem as circunstâncias de penetração da instituição no território a qual, no caso português, foi feita na maioria dos casos em parceria com a entrada do ramo masculino. Nas palavras de André Vauchez, este foi um acontecimento verdadeiramente original no contexto da espiritualidade ocidental<sup>3</sup>. A vontade indómita e a expressão massiva deste movimento ficaram bem registadas pelos inúmeros casos de mulheres das mais variadas procedências sociais e estados civis que decidiram dedicar a sua vida à doutrina cristã. Seguindo o exemplo de Maria Madalena, abandonavam a vida que tinham conhecido até então e purificavam-se ao abraçar outro destino que as tornava mais próximas da contemplação do Divino.

Esta entrada em força das mulheres na vida religiosa teve a sua expressão num quadro diversificado de opções. Assim, tanto podemos encontrar mulheres que, fundando mosteiros sob o patrocínio de um mecenas, sobrevivem sob a alçada do ramo masculino da ordem a que se associaram, como mulheres que, numa solução nos antípodas desta, se enclausuravam em suas casas, transformando-as em verdadeiras celas. Este movimento inicial de entrada das mulheres na vida religiosa estendeu-se igualmente a Portugal, onde a penetração das

<sup>3</sup> Cf. André Vauchez, *A Espiritualidade da Idade Média Ocidental. Séc. VIII-XIII*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995, p. 167.

ordens religiosas masculinas significou igualmente a disseminação do ramo feminino das mesmas.

Vamos assistir logo no século XIII à fixação de ordens masculinas com o respectivo ramo feminino: Ordens Mendicantes como os Franciscanos e os Dominicanos; Ordens Monásticas como os Beneditinos, os Cistercienses; Ordens Contemplativas como os Carmelitas; Ordens Históricas como os Trinitários; Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, Hospitalários de Santo Antão e Eremitas de Santo Agostinho.

Até ao século XVI, estão sedeadas em território português: Ordem de São Bento, Ordem de Cister, Agostinhas, Ordem de São Domingos, etc. Do século XVI ao XVIII reconhece-se a presença da Ordem das Carmelitas, Jerónimas, Concepcionistas, Agostinhas Descalças, Ursulinas, Ordem da Visitação, Capuchinhas Francesas e Ordem de São Salvador. Até ao século XIX permanecem as Carmelitas Descalças, as Clarissas, as Salésias, as Dominicanas Irlandesas e as Monjas Dominicanas. No século XIX reconhecem-se algumas congregações de fundação portuguesa, tais como as Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Sena, as Irmãs de Jesus Maria José e as Irmãs Vitorianas. Das congregações de fundação estrangeira destacam-se, entre outras, a Congregação do Bom Pastor, as Irmãs de S. José de Cluny, as Irmãs de São Vicente de Paulo, as Irmãs Doroteias, as Irmãzinhas dos Pobres, as Religiosas do Sagrado Coração de Maria e as Teresianas.

Interessantes em termos históricos gerais e, mais concretamente, em termos da biografia destas instituições foram os períodos conturbados que conduziram a mudanças no seio das ordens e congregações católicas femininas. O concílio de Trento (1545-63), que submeteu à clausura absoluta as religiosas e suprimiu algumas isenções e privilégios; a extinção das Ordens Religiosas (1834), que manteve o decreto de 9 de Agosto de 1833, no que respeitava aos conventos de freiras, o qual condenou à morte lenta os conventos de religiosas, ao não admitir a entrada de noviças<sup>4</sup>; a implantação da República (1910), em que uma vez mais se promoveu a expulsão das ordens e congregações que lentamente tinham regressado a

<sup>4</sup> Cf. Maria José Mexia Bigotte Chorão, «Conventos», in Carlos Moreira de Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2000, p. 19. Genericamente sobre a problemática da extinção das ordens religiosas em Portugal, ver António Martins da Silva, «Extinção das Ordens Religiosas», *Ibidem*, pp. 232-236.

Portugal; a Grande Guerra (1914-18), que veio reacender os contactos entre a sociedade civil e as religiosas; a Concordata e o Acordo Missionário (1940) no qual a Igreja renunciou à devolução dos seus bens por parte do Estado, em troca do reconhecimento da sua personalidade jurídica, da liberdade religiosa e do subsídio financeiro e apoio logístico à actividade missionária <sup>5</sup>, a Guerra Colonial (1961-74), na qual muitas irmãs prestaram assistência a civis e a soldados e o concílio Vaticano II (1962-65), que trouxe consigo um direccionamento diferente na organização interna das instituições religiosas, evidenciando um esforço de adaptação aos novos tempos <sup>6</sup>.

<sup>5</sup> Cf. Manuel Braga da Cruz, «Igreja e Estado», in Carlos Moreira de Azevedo, *op. cit.*, Vol. II, p. 408.

<sup>6</sup> Sobre a acção das congregações femininas durante as guerras em que Portugal se viu envolvido, nomeadamente I Guerra Mundial e Guerra Colonial, ver Maria do Pilar S. A. Vieira, «Congregações Religiosas Femininas», in Carlos Moreira de Azevedo, *op. cit.*, Vol I, p. 480.

As datas mais marcantes e mais difíceis na história recente das ordens e congregações católicas femininas sedeadas em Portugal foram a da sua extinção, proclamada pelo decreto de 1833 e confirmada pelo decreto liberal de 1834 e a de 1910, quando o governo republicano decretou a expulsão das ordens e congregações religiosas do território e se apropriou dos respectivos bens.

## 4. Actividades das religiosas

Actualmente, as actividades desenvolvidas pelas religiosas são bastante diversificadas. Enquanto algumas, poucas, continuam a observar uma vida contemplativa e de clausura, sob a alçada do respectivo ramo masculino, as outras, a grande maioria, encontra-se empenhada numa acção assistencial e apostólica que tenta chegar a todas as camadas da população. Educação e ensino, assistência social, promoção da mulher, missões *ad gentes*, evangelização directa, promoção de retiros e reuniões, encontros de reflexão e semanas de estudos bíblicos, entre outras actividades destinadas aos mais jovens, a casais, e à população em geral, fazem parte do leque de actividades promovidas pelas religiosas.

As ordens e congregações católicas femininas têm vindo progressiva e paulatinamente a impor-se como instituições imprescindíveis no saudável desenvolvimento da sociedade portuguesa. Se o papel desempenhado no início da sua histó-

ria era pouco participativo e estava relegado para o âmbito da clausura, nos nossos dias as ordens e congregações femininas voltaram-se definitivamente para o exterior, libertando-se progressivamente do seu vínculo de obediência ao ramo masculino. As suas acções a nível da assistência a idosos, a crianças abandonadas ou desfavorecidas, às franjas marginais da sociedade, onde imperam a prostituição, o alcoolismo, as drogas e os maus tratos, são muitas vezes de uma surpreendente grandeza humana, na mais global acepção da palavra. Essas actividades, que muitas vezes se desenvolvem longe dos olhares do grande público e que passam despercebidas no turbilhão de vida do português comum, constituem-se como uma verdadeira assistência humanitária, colmatando lacunas que o sistema público de saúde ou de educação deixa em aberto. É sobre a história, o ideal de vida cristão, assumido nos diferentes carismas de cada ordem ou congregação, e a sua projecção na sociedade de hoje, que este núcleo temático de que nos vimos ocupando irá tentar dar resposta, esperando contribuir para definir com maior clareza o papel singular destas mulheres na história e na sociedade portuguesas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

*Anuário Católico de Portugal*. Coimbra, União Gráfica, 2005.

Almeida, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*. 4 Volumes, Barcelos, Livraria Civilização Editora, 1967-1971 (1.ª edição 1910-12).

Andrade, António Alberto Banha de (dir. de), *Dicionário de História da Igreja em Portugal*. 3 Volumes, Lisboa, Editorial Resistência, 1980-1983.

Azevedo, Carlos Moreira de (dir. de), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. 4 Volumes, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000-2001.

*Contributo da CNIR/FNIRF na Pastoral da Fé – Plano de Acção 1985-1987*, Lisboa, 1985.

Costa, Irmã Maria Amélia «Formação para a Vida Comunitária», *Vida Consagrada*, n.º 51 (Março de 1985).

Vasconcelos, Evaristo de, *Religiosas. Selecção sobre os institutos religiosos femininos existentes em Portugal*. Braga, Edição do Mensageiro do Coração de Jesus, 1957.

Villares, Artur, *As Congregações Religiosas em Portugal (1901-1926)*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003.

*Vinde e Vede. Formas de Vida Consagrada na Igreja*. Lisboa, Edições Paulinas/Instituto Missionário Filhas de S. Paulo, 1994.